



## **Políticas Públicas, Gestão Participativa e Conselhos Municipais: uma abordagem avaliativa multidisciplinar no município de Campos Dos Goytacazes.**

*Larissa Dias Pacheco e Nilo Lima de Azevedo*

Os conselhos municipais são órgãos do Poder Executivo local que se conformam como espaços públicos para o processo decisório em relação às políticas públicas, e por isso constituem um dos principais canais de participação popular, pois estão relacionados as demandas específicas e de bem estar social como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, entre outros. Para Leonardo Avritzer os conselhos são “instituições híbridas” de composição plural, formados por membros da sociedade civil e do governo, são de natureza deliberativa e/ou consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas locais. Criados, no atual formato, a partir da Constituição Federal de 1988, os conselhos municipais são instâncias potenciais que exercem controle indireto funcionando como “alarme de incêndio”, uma vez que ao realizar monitoramentos e identificação de desvios e improbidades, são efetuadas denúncias e estas são encaminhadas aos mecanismos de controle, como por exemplo, o Ministério Público. Conforme a CF/88, o “Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Parte dos conselhos ou conselheiros recorrem ao MP devido a sua autonomia, ou seja, por se tratar de uma instituição independente, que pode se contrapor as decisões ou determinações dos três Poderes, além das principais funções atribuídas, como: promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, além de outros interesses coletivos. O objetivo da pesquisa é investigar a relação entre os conselheiros municipais e o Ministério Público. O problema de pesquisa envolve a relação entre os conselheiros municipais e o Ministério Público e quais seriam as demandas que os conselheiros encaminham ao MP. A metodologia de pesquisa fundamenta-se nos trabalhos bibliográficos, e na aplicação de questionário via correio eletrônico para os e-mails das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva, correspondendo as respostas de 11 promotores do MPRJ e 9 promotores do MPMG. Para uma maior compreensão dessa relação, foram realizadas entrevistas com promotores, secretários municipais e membros de conselho.

Palavras-chave: Conselhos, Participação Popular, Ministério Público.

Instituição de fomento: CNPq.